

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.579 - RJ (2019/0228710-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : JOILSON FONSECA PESSANHA
AGRAVANTE : RITA DE CASSIA DA CONCEICAO BALBINO PESSANHA
ADVOGADO : MURILO MADRUGA FARIA - RJ139443
AGRAVADO : WAFAROGA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : LENÍCIO FIGUEIREDO SALLES - RJ068553

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE. INDENIZAÇÃO. ARTS. 11 E 489 DO NCPC. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAR. ALTERAÇÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

JOILSON FONSECA PESSANHA e RITA DE CÁSSIA DA CONCEIÇÃO BALBINO PESSANHA (JOILSON e outra) ajuizaram ação de indenização contra WAFAROGA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. (WAFAROGA), pleiteando reparação por danos decorrentes de acidente.

Os pedidos foram julgados improcedentes. JOILSON e outra foram condenados ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

O Tribunal fluminense manteve a sentença, nos termos do acórdão a seguir ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL LÍQUIDO. TRANSPORTE EM SACOLA PLÁSTICA, QUANDO O ADQUIRENTE SE ENCONTRAVA NA CONDUÇÃO DE UMA MOTOCICLETA. ABALROAMENTO. ROMPIMENTO DA SACOLA PLÁSTICA. INCÊNDIO.

DECESSO DO CONDUTOR EM RAZÃO DA GRAVIDADE DE SUA QUEIMADURAS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DEDUZIDA PELOS GENITORES DA VÍTIMA EM FACE DO POSTO DE ABASTECIMENTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.

1 - Conquanto a parte ré responda objetivamente pelos danos causados pela conduta de seus prepostos, **não se olvida que indispensável que reste insofismavelmente demonstrado o liame fático entre o indigitado atuar omissivo/comissivo e os danos suportados pelo consumidor. Nexo de causalidade que constitui elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil, pois funciona como referencial entre conduta e o resultado.** A propósito, não se deve confundir tal elemento com a responsabilidade sem culpa, pois **não existe responsabilização sem o nexo causal**. O conceito de nexo causal muitas vezes é flexibilizado, ante a efetivação do princípio da reparação integral. Em face dos princípios constitucionais, não é mais possível exigir da vítima, diante de certas circunstâncias, a prova cabal e absoluta da relação de causalidade. Assim, embora o nexo causal constitua tal qual o dano, um dos elementos da responsabilidade civil, exige-se, com fundamento na nova ordem constitucional, que em certas situações o liame causal seja até presumido. No entanto, a presunção jamais poderá ser absoluta. Há de se satisfazer o denominado **conteúdo mínimo**. A lei brasileira (anterior e atual), adotou a teoria do dano direto e imediato. Assim, somente o fato idôneo ou adequado para produzir o dano é de ser levado em consideração para o estabelecimento de responsabilidade. Inteligência do artigo 1.060, hoje do artigo 403 do Código Civil. Precedentes do E.STF.

2 - Da análise percuciente da dinâmica dos fatos, apreende-se que o evento danoso objeto da lide surgiu como **consequência natural da voluntariedade do comportamento do filho dos autores**, a configurar a excludente de responsabilidade na modalidade fato exclusivo da vítima, redundando no rompimento do nexo de causalidade. Extrai-se que, como informado pela única testemunha ouvida em juízo, o finado filho dos autores era sabedor do perigo inerente ao transporte de combustível líquido em sacola plástica, mas, ainda assim, optou por fazê-lo, assumindo a integralidade dos riscos decorrentes de sua escolha. Ademais, o finado sequer possuía habilitação para conduzir a motocicleta de propriedade de sua genitora e que foi carbonizada quando da ocorrência do acidente, circunstância que, por si só, é apta a indicar, além da ilicitude da conduta, posto que contrária à lei, a imprudência e negligência do condutor. Por outro lado, sobreleva-se a impossibilidade de imputar as consequências

de um ato danoso a todos aqueles que, de uma forma ou outra, tomaram parte na cadeia causal. Assinala-se que se a vítima, ao adquirir o combustível líquido, tivesse retornado para casa a pé, por exemplo, ou mesmo se utilizando de veículo diverso da motocicleta, muito provavelmente o evento danoso não teria ocorrido. Assim, a mera comercialização da gasolina em recipiente inadequado ao seu transporte, não foi a causa necessária do acidente, porquanto, individualmente considerada, dispensadas outras causas, não se revela apta a operar, por si, o evento danoso.

*A venda do combustível representa uma mera causalidade física entre a ação e o resultado, mas não configura uma relação de determinação. Nessa linha de compreensão, forçoso reconhecer a **existência de um fato restrito da vítima**, que causou seu próprio infortúnio, qual seja, a opção de transportar combustível líquido em recipiente inadequado, quando da condução de motocicleta, embora ciente dos riscos inerentes à tal conduta, agravada pela circunstância de não possuir a necessária habilitação, o que afasta peremptoriamente, a relação de causa e efeito entre o dano e a eventual conduta do posto de gasolina. Inarredável a conclusão que não restou caracterizado o nexo causal entre a ação atribuída à parte ré, e o resultado danoso do acidente, ressaltando-se, por oportuno, que sem a relação de causalidade entre o fato e o dano, não se admite a obrigação de indenizar. Parte autora que não se desincumbiu do encargo de comprovar o fato constitutivo do alegado direito a sustentar a pretensão deduzida na peça vestibular. **RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO** (e-STJ, fls. 290/291).*

Os embargos de declaração opostos por JOILSON e outra foram rejeitados (e-STJ, fls. 335/354).

Irresignados, JOILSON e outra interpuseram recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos dispositivos de lei federal (arts. 11, 341, *caput*, 373, II, e 489, *caput*, II e § 1º, VI, do NCPC; art. 6º, I e VIII, da Lei nº 8.078/90; e art. 945 da Lei Federal nº 10.406/02). Sustentaram, em suma, que (1) a matéria debatida no acórdão não foi devidamente fundamentada; (2) as alegações autorais devem ser consideradas como verdadeiras, uma vez que a parte recorrida não se desincumbiu do ônus da prova no tocante à apresentação das gravações realizadas em seu sistema de câmeras de segurança; (3) a recorrida não agiu com cautela e segurança ao prestar os seus serviços, razão pela qual deve ser responsabilizada, de forma exclusiva, pelo evento ocorrido. Afirmou que, subsidiariamente, deve ser reconhecida a culpa concorrente (e-STJ, fls. 374/388).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 392/397).

O recurso não foi admitido na origem. Dessa decisão foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 452/459).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da alegada ofensa aos arts. 11 e 489 do NCPC

JOILSON e outra alegaram, em suma, que a matéria debatida no acórdão recorrido não foi devidamente fundamentada.

No julgamento da apelação, o TJRJ assim consignou:

Prestados os esclarecimentos pertinentes à matéria debatida e em cotejo aos elementos coligidos aos autos, extrai-se que a parte autora sequer se desincumbiu satisfatoriamente de comprovar que o combustível transportado pelo seu finado filho, na data do evento, tenha sido adquirido, de fato, no estabelecimento réu.

Com efeito, a circunstância acima aludida foi frontalmente rechaçada pela parte ré, quando da apresentação de sua peça de bloqueio, às fls. 86/121, em observância ao princípio da impugnação específica dos fatos prevista no artigo 341, do Código de Processo Civil de 2015, ao afirmar que 1180 vendeu o produto à vítima, nem mesmo nas condições indicadas pelos autores muito menos é verdade que tenha a ré descumprido qualquer preceito legal quando da venda de seus produtos. Acrescenta que "na região possuem inúmeros postos de revenda de gasolina nas imediações do alegado acidente, não tendo os autores exibido nenhuma prova capaz de comprovar a efetiva mercancia, como notas fiscais muito menos nas condições alegadas, que ficam desde já impugnadas".

Noutro passo, a única prova produzida pela parte autora

nesse sentido foi a testemunhal, consistente no depoimento prestado por outra vítima do evento danoso, RONIE MEDEIROS TAVARES, colhido por meio audiovisual, consoante assentada de fls. 171.

Pondera-se que conquanto a referida testemunha haja prestado compromisso legal e não tenha sido reputada suspeita ou impedida, não se olvida que sua condição de amigo do finado filho dos autores e, também, de vítima do evento danoso, fomenta seu interesse, ainda que mediato, no deslinde da controvérsia, razão pela qual suas declarações devem ser sopesadas com os demais elementos de prova.

Contudo, quando instada a se manifestar sobre seu interesse instrutório, a parte autora limitou-se a protestar pela produção de prova documental suplementar e oral, consubstanciada na oitiva de testemunhas, deixando de comprovar, por outro meio idôneo de prova, que a obtenção do combustível pelo seu finado filho ocorreu na forma indicada na petição vestibular.

Ressai-se que embora tenham arrolado 04 (quatro) testemunhas, quando da realização da audiência de instrução e julgamento (fls. 171), imotivadamente, os requerentes desistiram da oitiva das três remanescentes, cujos depoimentos poderiam ser hábeis a corroborar as assertivas da referida testemunha, devendo, portanto, arcar com o ônus da própria desídia.

Argumenta-se, ainda, que o evento danoso ocorreu em 23/08/2012, quando a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP) ainda não havia proibido a venda de combustível em vasilhames improvisados, impedimento este que começou a vigorar somente a partir de novembro de 2013, com a edição da Resolução n'2 41/2013.

[...]

Diante do acima exposto, inobstante se reconheça que a venda de combustível em vasilhames improvisados, à época do evento, estivesse em desacordo com as diretrizes adotadas pela ABNT, por outro lado, não há como reputar tal conduta ilícita, porquanto não desobedecia às determinações governamentais vigentes naquele momento.

A seu turno, mesmo que se cogite de a possibilidade do estabelecimento réu ter vendido o combustível líquido ao finado filho dos autores, ainda assim, tal conjuntura, por si só, não seria hábil a caracterizar o nexo de causalidade entre a conduta dos seus propostos e o decesso do jovem.

*De fato, da análise percuciente da dinâmica dos fatos, apreende-se que o evento danoso objeto da lide surgiu como **consequência natural da voluntariedade do comportamento do filho dos autores**, a configurar a excludente de*

responsabilidade na modalidade fato exclusivo da vítima, redundando no rompimento do nexo de causalidade.

Efetivamente, extrai-se que, como informado pela única testemunha ouvida em juízo, o finado filho dos autores era sabedor do perigo inerente ao transporte de combustível líquido em sacola plástica, mas, ainda assim, optou por fazê-lo, assumindo a integralidade dos riscos decorrentes de sua escolha.

Ademais, o jovem Cássio sequer possuía habilitação para conduzir a motocicleta de propriedade de sua genitora e que foi carbonizada quando da ocorrência do acidente, como constou do Boletim de Registro de Acidentes de Trânsito de fls. 127/129, circunstância que, por si só, é apta a indicar, além da ilicitude da conduta, posto que contrária à lei, a imprudência e negligência do condutor (e-STJ, fls. 305/306 – com destaques no original).

[...]

Nessa linha de compreensão, forçoso reconhecer a existência de um fato restrito da vítima, que causou seu próprio infortúnio, qual seja, a opção de transportar combustível líquido em recipiente inadequado, quando da condução de motocicleta, embora ciente dos riscos inerentes à tal conduta, agravada pela circunstância de não possuir a necessária habilitação, o que afasta peremptoriamente, a relação de causa e efeito entre o dano e a eventual conduta do posto de gasolina.

Diante do cenário fálico, inarredável a conclusão que não restou caracterizado o nexo causal entre a ação atribuída à parte ré, e o resultado danoso do acidente, ressaltando-se, por oportuno, que sem a relação de causalidade entre o fato e o dano, não se admite a obrigação de indenizar.

Nessa linha de compreensão e à mingua de outros elementos de convicção, conclui-se que a parte autora não se desincumbiu do encargo de comprovar o fato constitutivo do alegado direito a sustentar a pretensão deduzida na peça vestibular (e-STJ, fls. 305/306 – com destaques no original).

Analisando os trechos acima transcritos, tem-se que o Tribunal fluminense apreciou as questões que lhe pareceram necessárias à solução da causa.

Verifica-se que, de forma peculiar, as questões necessárias à solução da causa foram resolvidas, encontrando-se o acórdão fundamentado de forma a não ensejar dúvidas acerca das razões de ordem jurídica que lhe deram sustentação.

O princípio da persuasão racional habilita o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema, e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Inexistiu a alegada falta de fundamentação da decisão, pois o TJRJ decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, enfrentando os argumentos capazes de, em tese, afirmar a conclusão adotada no acórdão.

Assim, tem-se que houve manifestação coerente sobre o tema e a decisão foi devidamente fundamentada pela Corte estadual, só que de forma contrária à pretensão dos recorrentes, o que não causa ofensa aos arts. 11 e 489 do NCPC.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. 1. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ART. 489 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADA. 4. ÍNDICE CORRETO PARA APLICAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. 5. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Constatado que a agravante se utiliza do presente recurso para inaugurar o debate de questão não arguida por ocasião da interposição do recurso especial, é caso de incidência do instituto da preclusão consumativa, ante a evidente inovação recursal.

2. A suscitada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 foi deduzida de modo dissociado do que foi decidido pela Corte de origem, o que justifica a aplicação da Súmula 284 do STF.

3. Conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

4. No que se refere ao índice correto para aplicação do saldo devedor, entendo ser cabível a incidência da Súmula 284/STF. Isso porque é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso tiverem dissociadas do que foi decidido no acórdão recorrido.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.288.143/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 11/9/2018, DJe 21/9/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DE CONTRATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.460.705/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 24/9/2019, DJe 30/9/2019 – sem destaque no original)

(2) Da alegada ofensa aos arts. 341, caput, 373, II, do NCPC e art. 6º da Lei nº 8.078/90

JOILSON e outra sustentaram que as alegações autorais devem ser consideradas como verdadeiras, uma vez que a parte recorrida não se desincumbiu do ônus da prova no tocante à apresentação das gravações realizadas em seu sistema de câmeras de segurança.

O Tribunal fluminense, por sua vez, avaliando todo o conjunto fático-probatório, afirmou que JOILSON e outra não se desincumbiram do encargo de comprovar o fato constitutivo do direito alegado e concluiu que *não restou caracterizado o nexo causal entre a ação atribuída à parte ré, e o resultado danoso do acidente, ressaltando-se, por oportuno, que sem a relação de causalidade entre o fato e o dano, não se admite a obrigação de indenizar* (e-STJ, fls. 305/306). Ressaltou, ainda, que a parte

autora limitou-se a protestar pela produção de prova documental suplementar e oral, consubstanciada na oitiva de testemunhas, deixando de comprovar, por outro meio idôneo de prova, que a obtenção do combustível pelo seu finado filho ocorreu na forma indicada na petição vestibular (e-STJ, fls. 305/306).

As conclusões acima foram tecidas com base no substrato fático-probatório da causa, inviável alterá-las em virtude do óbice trazido pelo enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. NÃO COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E A CAUSA MORTE. REAPRECIAÇÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO PROTETATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART.

1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A alteração das conclusões do aresto recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, observado o art. 98, §§ 3º e 4º, do NCPC.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1.315.644/RS, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 10/12/2018, DJe 13/12/2018 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. LESÕES DECORRENTES DE ACIDENTE EM ELEVADOR. NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA NEGLIGENTE DO CONDOMÍNIO E O ACIDENTE

DESCRITO NA INICIAL. RECONHECIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação desta Corte, "o órgão julgador não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com base em outros elementos de prova, desde que o faça de forma fundamentada" (AgInt no REsp 1.651.138/MG, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 26/10/2018), como ocorre no caso.

2. A alteração das premissas fáticas adotadas pelo Tribunal a quo quanto à existência de nexo causal entre a conduta negligente do condomínio e o acidente descrito pela vítima, tal como requerida, demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática e probatória dos autos, providência vedada no recurso especial pela Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.441.961/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 20/8/2019, DJe 9/9/2019)

(3) Da culpa

Insurgiram-se sustentando que a recorrida não agiu com a cautela e a segurança ao prestar os seus serviços, razão pela qual deve ser responsabilizada pelo evento ocorrido ou, pelo menos, deve ser reconhecida a culpa concorrente.

Com base na análise do contexto fático, tem-se que as questões envolvendo o litígio foram sobejamente apreciadas nas instâncias ordinárias que firmaram a ausência de nexo de causalidade entre a ação da parte recorrida e o resultado aventado pelos recorrentes, não havendo como responsabilizar o posto de gasolina.

Diante das conclusões alcançadas pelo Tribunal fluminense, impossível esta Corte Superior responsabilizar o posto de gasolina sem estar estabelecido o nexo causal, pois seria necessário rever todo o conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula nº 7 desta Corte.

Destacam-se os julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO.

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SÚMULA N. 83 DO STJ. CULPA PELO ACIDENTE. PRETENSÃO DE REVISÃO.

ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

1. "A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Essa responsabilidade objetiva baseia-se na teoria do risco administrativo, em relação à qual basta a prova da ação, do dano e de um nexo de causa e efeito entre ambos, sendo, porém, possível excluir a responsabilidade em caso de culpa exclusiva da vítima, de terceiro, ou, ainda, em caso fortuito ou força maior" (AgInt no REsp n. 1.793.661/RJ, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/9/2019, DJe 19/9/2019). Aplicação da Súmula n. 83 do STJ.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. O Tribunal de origem afastou a responsabilidade objetiva da ré, pois concluiu pela culpa exclusiva da vítima. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.

(AgInt no AREsp 1.520.197/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 29/10/2019, DJe 5/11/2019, sem destaque no original).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE POR ÔNIBUS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE. AFERIÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CULPA PELO ACIDENTE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.[...]. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...].

*2. A Corte local consignou que a empresa não logrou êxito em comprovar a alegada existência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, firmando convicção quanto à responsabilização civil da agravante pelo acidente ocasionado ao agravado, amparada no substrato fático-probatório dos autos. **Por essa perspectiva, tendo sido toda a controvérsia acerca da dinâmica do acidente de trânsito apreciada e solvida à luz do acervo probatório***

colacionado aos autos, a revisão do acórdão, o reconhecimento e a responsabilização do recorrido pelo acidente de trânsito não dependeriam de mera valoração de provas, mas sim de verdadeiro reexame de matéria fático-probatória, pretensão que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

[...].

5. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.495.400/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 30/9/2019, DJe 3/10/2019, sem destaque no original).

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados contra JOILSON e outra, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator